

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.020 - SP (2019/0212044-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : FERNANDO JOSE PEREIRA GIANNONI
ADVOGADOS : HUGO LEONARDO - SP252869
MARIANA CHAMELETTE LUCHETTI CAVICHIOLI - SP311029
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **FERNANDO JOSÉ PEREIRA GIANNONI**, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão que deu parcial provimento a sua apelação, para absorver a contravenção penal de direção perigosa pelo delito de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada, em razão da influência de álcool e afastar o delito de desacato, reduzindo a pena para 1 (um) ano de detenção e 4 (quatro) meses de suspensão da habilitação, bem como o valor da pena pecuniária para o mínimo legal unitário (e-STJ, fls. 259-274).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 281-284).

Nas razões de seu especial (e-STJ, fls. 288-301), o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, sob o argumento de que seria nula a decisão que designou audiência de instrução e julgamento após a abertura de vista ao Ministério Público, em seguida à resposta da acusação.

Indica contrariedade ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, pois a imputação padece de demonstração de materialidade delitiva e "[...] os fatos não se deram como postos na exordial" (e-STJ, fl. 296).

Acrescenta que o laudo técnico mostra de forma patente que o réu não estava sob a influência de qualquer substância psicoativa no momento dos fatos e que a condenação foi feita com base nos depoimentos dos agentes públicos que acompanharam a prisão e da pessoa que acionou a Polícia Militar, em flagrante ofensa ao art. 158 do Código de Processo Penal.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 338-353.

O recurso especial foi inadmitido às seguintes considerações (e-STJ, fls. 368-369): a) o recurso foi interposto sem a fundamentação necessária a autorizar seu processamento, consoante o art. 1.029 do Código de Processo Civil; b) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial; c) incidência da Súmula 7/STJ. Daí este agravo (e-STJ, fls. 384-391). A contraminuta foi apresentada às e-STJ, fls. 393-402.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 430-434).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, o recurso especial não deve ser conhecido no tocante à sua

interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional.

De acordo com o disposto nos arts. 1.029, § 1º, do CPC, e 255, § 1 e § 3º, do RISTJ, caberia ao recorrente a realização do devido cotejo analítico para demonstrar a similitude fática entre os julgados confrontados, mediante a transcrição dos "trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", requisito não cumprido na hipótese dos autos.

Nesse sentido:

"[...]

I - A interposição do apelo extremo interposto com fulcro na alínea c, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, exige o atendimento dos requisitos dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil e 255, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois além da transcrição de acórdãos para a comprovação da divergência, **é necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o paradigma, com a constatação da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, situação que não ocorreu na espécie.**

[...]

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 916.829/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/3/2018, grifou-se)

"[...]

1. Na esteira da jurisprudência desta Corte Superior, o conhecimento do recurso especial pela divergência exige a transcrição dos trechos dos acórdãos impugnados e paradigma, evidenciando-se, de forma clara e objetiva, o suposto dissídio jurisprudencial, não sendo suficiente a simples transcrição de ementas ou **votos sem a exposição das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.**

2. Consoante o princípio pas de *nullité sans grief*, não há nulidade sem demonstração de prejuízo concreto.

[...]

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido."

(REsp 1.437.794/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018)

No tocante aos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal, no viés em que alegada a sua ofensa, verifica-se que os dispositivos legais não foram objeto de análise pelo acórdão recorrido, embora tenham sido opostos embargos de declaração. Carecem, assim, do indispensável prequestionamento.

Incide à espécie a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

Superior Tribunal de Justiça

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos por vulnerados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Por fim, a análise da alegada contrariedade ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e ao art. 158 do CPP encontra óbice na Súmula 7/STJ, uma vez que a revisão do entendimento adotado nas instâncias ordinárias acerca da existência da materialidade delitiva e de o réu estar sob o efeito de substância psicoativa durante os fatos atrairia o inevitável revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável nesta instância superior.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator